

Despacho n.º 22 398/2007

Por ocasião da celebração do 120.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros de Ponte de Lima e reconhecendo o percurso de exemplar existência daquela Associação ao serviço da comunidade e da protecção e socorro da população, com uma actuação sempre caracterizada pelo heroísmo, abnegação e solidariedade para com o próximo, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do regulamento de concessão da medalha de mérito de protecção e socorro aprovado pela portaria n.º 980-A/2006, de 14 de Junho, e no uso das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 13 996/2007, de 8 de Junho, do Ministro da Administração Interna, concedo a medalha de mérito de protecção e socorro, no grau ouro e distintivo azul, à Associação Humanitária dos Bombeiros de Ponte de Lima.

6 de Setembro de 2007. — O Secretário de Estado da Protecção Civil, *Ascenso Luís Seixas Simões*.

Autoridade Nacional de Protecção Civil**Louvor n.º 505/2007**

Louvo a docente Maria Paula Rodrigues Sousa Nunes, da Direcção Regional de Educação de Lisboa, pela dedicação, elevado sentido de responsabilidade, sentido do dever e competência profissional que demonstrou no exercício das suas funções no extinto Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e actual Autoridade Nacional de Protecção Civil, no período de 1 de Setembro de 2005 a 31 de Agosto de 2007.

O apoio ao impulso e acompanhamento do Clube de Protecção Civil, projecto estruturante da protecção civil de intervenção na área do ensino básico, bem como o seu contributo na participação na preparação e realização dos mais diversos eventos de informação e sensibilização às populações, incluindo feiras, conferências, seminários, *briefings*, revelam o seu carácter empreendedor, entusiasta e dinâmico.

Pelo conjunto de serviços prestados na área da informação e da sensibilização ao público e pelo exemplo dignificante que representou para a Autoridade Nacional de Protecção Civil e para a Direcção Regional de Educação de Lisboa, cumpre prestar público louvor à docente Maria Paula Rodrigues Sousa Nunes, considerando os serviços prestados como de grande mérito.

31 de Agosto de 2007. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

Direcção-Geral de Administração Interna**Despacho n.º 22 399/2007**

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para exercer funções de secretariado a assistente administrativa especialista Lúcia Beatriz Leal dos Santos Esteves, em substituição da assistente administrativa especialista Maria Eduarda Ventura de Sousa Santos Broegas.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

13 de Setembro de 2007. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.

Despacho n.º 22 400/2007

Considerando o Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna;

Considerando o Decreto-Lei n.º 78/2007, de 29 de Março, que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral da Administração Interna e define as suas atribuições, nomeadamente na área da administração eleitoral;

Considerando que, através da Portaria n.º 336/2007, de 29 de Março, e do despacho n.º 5/DGAI, de 1 de Junho, foi, por um lado, fixado o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e, por outro, estabelecida a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas;

Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, em função da nova estrutura orgânica, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em regime de substituição, para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau, chefe do Núcleo de Sistemas de Informação Eleitorais, a licenciada Paula Isabel Vicente de Sousa Vasco, respectivamente, cuja nota curricular se anexa.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007.

14 de Setembro de 2007. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.

Nota curricular

Nome — Paula Isabel Vicente de Sousa Vasco.

Data de nascimento — 28 de Agosto de 1968.

Naturalidade — Setúbal.

Formação académica — licenciada em Matemática Aplicada, ramo de Estatística e Investigação Operacional, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa no ano de 1992-1993. A licenciatura foi concluída com um estágio profissionalizante realizado no Instituto da Água.

Experiência profissional:

Em 1995-2007 — especialista de informática do STAPE, onde foi admitida em Junho de 1995 como técnica superior de informática estagiária, progredindo na carreira sempre com classificações de serviço de *Muito bom* até à actual categoria de especialista de informática de grau 3, nível 2, tendo obtido a classificação de serviço de *Excelente* no ano de 2006.

Para além das funções desempenhadas regularmente no STAPE, no âmbito da actualização mensal do recenseamento eleitoral, manutenção da base de dados do recenseamento eleitoral — BDRE e preparação e acompanhamento dos processos eleitorais, destaca-se ainda:

Acompanhamento de todas as fases da actualização extraordinária do recenseamento eleitoral e criação da base de dados central — BDRE (Lei n.º 130-A/97, de 31 de Dezembro) — 1997-1998;

Participação no arranque do projecto REGIfreg — Informatização das 4241 juntas de freguesia/comissões recenseadoras do País, incluindo aquisição, distribuição e instalação do equipamento informático e distribuição, instalação e formação na aplicação de gestão do recenseamento REGIfreg — 1999;

Em 1994-1995 — leccionou a disciplina de Tecnologias da Comunicação dos 10.º e 11.º anos de escolaridade na Escola Secundária do Viso, em Setúbal;

Em 1992-1994 — Instituto da Água, realizando trabalhos na área de planeamento de recursos hídricos e processamento de imagens de satélite.

Despacho n.º 22 401/2007

Considerando o Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna;

Considerando o Decreto-Lei n.º 78/2007, de 29 de Março, que aprova a lei orgânica da Direcção-Geral da Administração Interna e define as suas atribuições, nomeadamente na área da administração eleitoral;

Considerando que, através da Portaria n.º 336/2007, de 29 de Março, e do despacho n.º 5/DGAI, de 1 de Junho, foi, por um lado, fixado o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e, por outro, estabelecida a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas;

Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, em função da nova estrutura orgânica, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em regime de substituição, para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau chefe do Núcleo Jurídico e de Estudos Eleitorais a licenciada Isabel Maria Rodrigues Ribeiro Miranda Gaspar, cuja nota curricular se anexa.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007.

14 de Setembro de 2007. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome — Isabel Maria Rodrigues Ribeiro Miranda Gaspar.

Data de nascimento — 16 de Agosto de 1963.

II — Habilitações académicas — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, pela menção de «Ciências Jurídico-Políticas», em 8 de Janeiro de 1988.

III — Habilitações profissionais — realização do estágio (14 de Abril de 1988 a 14 de Outubro de 1989) e exercício de advocacia encontrando-se a inscrição na Ordem dos Advogados suspensa a seu pedido.

IV — Experiência profissional:

2001-2007 — chefe da Divisão de Estudos, da Direcção de Serviços Jurídicos e Eleitorais, do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral;

1997-2001 — jurista na Divisão de Estudos, da Direcção de Serviços Jurídicos e Eleitorais, do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral;

1997-2007 — colaborou nos seguintes projectos apresentados pelo STAPE: alteração da Lei Eleitoral da Assembleia da República; nova

lei do recenseamento eleitoral, que veio a culminar com a aprovação da Lei n.º 13/99, de 22 de Março; por despacho do subdirector-geral do STAPE, integrou o grupo de trabalho incumbido de dar cumprimento ao despacho do Subsecretário de Estado da Administração Interna de 10 de Março de 2006, que determinou a elaboração de um anteprojecto de proposta de lei que proceda à consolidação num só diploma, do procedimento eleitoral relativo a todos os actos eleitorais e referendários. Pelos despachos de 5 de Maio de 1998 e de 12 de Novembro de 1998 da, então, directora-geral do STAPE, foi designada para integrar, respectivamente, um subgrupo e um grupo de trabalho, ambos constituídos para análise da documentação destinada à constituição da base de dados do recenseamento eleitoral (BDRE). Elaboração de vários estudos, pareceres e informações no âmbito da apresentação de, também, várias propostas de alteração à Lei n.º 13/99, de 22 de Março. Participação numa missão de assistência técnica de apoio ao recenseamento eleitoral na República de Moçambique, no âmbito da cooperação em matéria eleitoral (de 20 de Abril a 2 de Maio de 1999). Participação em acções de formação no âmbito da cooperação eleitoral, efectuadas no STAPE; colaboração activa no apoio que o STAPE assegura aquando da realização de actos eleitorais, a todos os intervenientes nos processos eleitorais, nas vertentes de esclarecimento jurídico e procedimental, bem como na concepção e elaboração de toda a documentação eleitoral editada pelo STAPE; colaboração na elaboração de inúmeros pareceres técnicos, acerca de projectos e propostas de diplomas legais, em matéria eleitoral, submetidos à apreciação daquele Secretariado técnico.; Participação na reunião do Grupo Ad Hoc Direitos Fundamentais e Cidadania (proposta de alteração da Directiva n.º 93/109/CE), realizada em Bruxelas em 13 de Abril de 2007;

1997-1992 — jurista no Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu (DAFSE), onde desempenhou diversas actividades de conteúdo jurídico-administrativo e jurídico-contencioso: elaboração de respostas a recursos hierárquicos facultativos, dirigidos ao Ministro do Emprego e da Segurança Social e ou ao Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, requerendo a revogação de actos praticados; respostas a incidentes de suspensão da eficácia de actos administrativos; respostas a recursos principais de anulação de actos administrativos e, ainda, elaboração de alegações finais, nos termos do artigo 26.º, n.º 1, da Lei de Processo dos Tribunais Administrativos e Fiscais; interposição de recursos jurisdicionais para o Supremo Tribunal Administrativo, relativamente a decisões proferidas pelos, então, diversos tribunais administrativos de círculo e, ainda, produção de alegações em recursos de igual natureza, interpostos pelas entidades beneficiárias dos apoios do FSE; elaboração de oposições a nomeações à penhora de créditos, supostamente existentes sobre o DAFSE, pelas entidades beneficiárias dos apoios do FSE e, representação daquele Departamento junto dos tribunais judiciais onde tais execuções corriam os seus termos, nas conferências previstas no Código de Processo Civil; deslocações à Polícia Judiciária, na qualidade de legal representante do DAFSE, com vista a prestar os esclarecimentos técnicos solicitados no âmbito dos processos de natureza criminal, em fase de inquérito, que naquela Polícia corriam os seus termos; Em Novembro de 1992, integrou a, então denominada *task force* Antigo Fundo, passando a exercer as suas funções na Direcção de Serviços de Auditoria Financeira de Entidades de Direito Público (DSAFEP), competindo-lhe proceder à análise dos processos administrativos que lhe eram confiados, nas suas vertentes jurídica e financeira, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo, preparando os actos administrativos de certificação do Estado Português;

Agosto de 1992-Agosto de 1993 — realização e conclusão com aproveitamento do estágio na carreira de jurista do quadro de pessoal do DAFSE, tendo sido integrada na categoria de técnica superior de 2.ª classe, da carreira de jurista;

1989-1992 — em 11 de Novembro de 1989 inicia o exercício de funções de jurista, em regime de aquisição de serviços, equiparada a técnica superior de 2.ª classe, na Direcção de Serviços Jurídicos e de Controlo, do Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu (DAFSE), da Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Gabinete de Deontologia e Disciplina

Aviso (extracto) n.º 18 289/2007

Por despacho de 25 de Julho de 2006 do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, foi aplicada a pena de aposentação compulsiva ao agente principal M/143107, do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, Rui Manuel da Silva Martins, nascido em 30 de Novembro de 1971, filho de Américo Tavares Martins e

de Ernestina Simões da Silva Martins, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa.

14 de Setembro de 2007. — O Director, *Domingos Lourenço*.

Aviso (extracto) n.º 18 290/2007

Notifica-se o agente principal M/138982, Henrique Manuel Catarino de Almeida, da Polícia de Segurança Pública, de que, por despacho de 12 de Junho de 2006 do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, lhe foi aplicada a pena de demissão.

14 de Setembro de 2007. — O Director, *Domingos Lourenço*.

Governo Civil do Distrito de Santarém

Mapa n.º 19/2007

Publica-se o mapa de subsídios atribuídos no 1.º semestre de 2007, de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto:

19 de Junho de 2007:

Associação Hum. Bombeiros Voluntários de Santarém — € 113 276,78.

6 de Setembro de 2007. — O Secretário, *Jorge Manuel Pinto da Rocha*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 18 291/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Edilma Coêlho da Silveira Xavier, natural de Recife, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 30 de Abril de 1959, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 292/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Pedro Pereira Batista, natural de Bula, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 9 de Julho de 1953, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 293/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Silvia Regina Bordin da Conceição, natural de Mauá, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 2 de Dezembro de 1969, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 18 294/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a João Soares Tavares, natural de Santo Amaro, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 2 de Abril de 1956, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações intro-